

## **ORIENTAÇÃO NORMATIVA SRH/MPOG Nº 6, DE 21 DE JUNHO DE 2010**

Estabelece orientação aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC quanto à concessão de aposentadoria especial de que trata o art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Regime Geral de Previdência Social), aos servidores públicos federais amparados por Mandados de Injunção.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 35 do Anexo I ao Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, resolve:

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Esta Orientação Normativa uniformiza, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da União – SIPEC, os procedimentos relacionados à concessão de aposentadoria especial ao servidor público federal.

Farão jus à aposentadoria especial de que trata o caput deste artigo os servidores públicos federais contemplados por decisões em Mandados de Injunção e aqueles substituídos em ações coletivas, enquanto houver omissão legislativa

As decisões exaradas pelo Supremo Tribunal Federal nos autos de Mandados de Injunção tratam da concessão de aposentadoria especial e da conversão de tempo de serviço aos servidores públicos federais com base na legislação previdenciária.

### **DA APOSENTADORIA ESPECIAL**

A aposentadoria especial será concedida ao servidor que exerceu atividades no serviço público federal, em condições especiais, submetidos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período de 25 anos de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente.

Parágrafo único. Para efeito das disposições do caput deste artigo, considera-se trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, a exposição constante, durante toda jornada de trabalho, e definida como principal atividade do servidor.

O provento decorrente da aposentadoria especial será calculado pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, atualizadas pelo INPC, correspondentes a 80% de todo, período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior aquela até o mês da concessão da aposentadoria.

Parágrafo único. O provento decorrente da aposentadoria especial não poderá ser superior à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentação.

O servidor aposentado com fundamento na aposentadoria especial de que trata esta Orientação Normativa permanecerá vinculado ao Regime Próprio de Previdência do Servidor, e não fará jus a paridade constitucional.

O efeito financeiro decorrente do benefício terá início na data de publicação do ato concessório de aposentadoria no diário Oficial da União, e serão vedados quaisquer pagamentos retroativos a título de proventos.

Para a concessão de aposentadoria especial de que trata esta, não serão consideradas a contagem de tempo em dobro da licença-prêmio e a desaverbação do tempo utilizado para a concessão de um benefício de aposentadoria.

Os servidores que atenderem os requisitos para esta aposentadoria especial não fazem jus a percepção de abono de permanência.

Para efeito de lançamento de dados no Sistema SIAPE, ou para a elaboração do ato concessório de aposentadoria, o fundamento a ser utilizado é o de “Aposentadoria especial amparada por decisão em Mandado de Injunção”.

#### DA CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM TEMPO COMUM

O tempo de serviço exercido em condições especiais será convertido em tempo comum, utilizando-se os fatores de conversão de 1,2 para a mulher e de 1,4 para o homem.

Parágrafo único. O tempo convertido na forma do caput poderá ser utilizado nas regras de aposentadorias previstas no art. 40 da Constituição Federal, exceto nos casos da aposentadoria especial de professor de que trata o parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal.

O tempo de serviço especial convertido em tempo comum poderá ser utilizado para a revisão de abono de permanência e de aposentadoria, quando for o caso.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

São considerados como tempo de serviço especial, os seguintes afastamentos e licenças:

- Férias;

- Casamento;

- Luto;

- Licenças:

a) Para tratamento da própria saúde;

b) À gestante;

c) Em decorrência de acidente em serviço.

Prestação eventual de serviço, por prazo inferior a 30 dias em localidade não abrangida pelo Decreto-Lei nº 1.873 de 27 de maio de 1981.

Será admitido para fins de aposentadoria especial e para conversão em tempo comum de que trata esta, o tempo de serviço exercido em condições especiais, a partir de 1º de janeiro de 1981, data da vigência da Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980.

Pra a concessão do benefício de aposentadoria especial e para a conversão de tempo especial em tempo comum é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Cópia da decisão do Mandado de Injunção, na qual conste o nome do substituído ou da categoria profissional, quando for o caso.
- Declaração ou contracheque comprovando vínculo com o substituto na ação, quando for o caso.
- Certidão emitida pelos órgãos atestando que o servidor exerceu atividades no serviço público federal em condições especiais; e
- Outros documentos que contenham elementos necessários à inequívoca comprovação de que o servidor tenha exercido atividades sob condições especiais.

È vedada a desaverbação do tempo de licença-prêmio contado em dobro para fins de aposentadoria, que tenha gerado efeito tanto para gozo quanto para a concessão de abono de permanência.

Compete aos dirigentes de Recursos Humanos a execução das aposentadorias especiais e da conversão do tempo especial, observando-se as decisões judiciais proferidas e as disposições estabelecidas nesta Orientação Normativa, ficando sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal quanto aos atos de concessão indevidos, ou que causem prejuízo ao erário.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

**A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE encontra-se no sétimo andar da Reitoria.**

**Sala 739**

**e-mail: cisufsm@hotmail.com**

**Ramal:8376**

CIS-Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE – UFSM

Universidade Federal de Santa Maria

Website construído utilizando o Assistente Web - CPD/2004